



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - TRÁFICO DE ORGÃOS HUMANOS		
EVENTO: CPI	Nº: 1125/2004	DATA: 21/9/2004
INÍCIO: 15h	TÉRMINO: 17h5min	DURAÇÃO: 2h5min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 2h7min	PÁGINAS: 81	QUARTOS: 26

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

NIVALDO PEREIRA - Representante do Laboratório de Anatomia Patológica Restrito.  
CARLOS MAGNO MARCONDES – Ex-Tesoureiro da Fundação Universitária de Taubaté.  
CIRO JOÃO BERTOLI – Ex-Presidente da Fundação Universitária Taubaté.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

Há orador não identificado.  
Há expressões inaudíveis.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Está aberta a Comissão Parlamentar de Inquérito. Vamos dar continuidade aos depoimentos.

Convido o Sr. Nivaldo Pereira para tomar assento à Mesa. *(Pausa.)*

O Sr. Nivaldo Pereira foi citado nesta Comissão Parlamentar de Inquérito por ter sido arrolado no processo de inquérito policial em que, após a conclusão do inquérito, o delegado que apurou o caso, na cidade de Franco da Rocha, apresentou o relatório do inquérito ao Ministério Público. Nele V.Sa. é acusado, juntamente com o médico Antônio Aurélio Monteiro de Carvalho, de retirada e venda de órgãos de cadáveres para faculdades particulares do Brasil. V.Sª foi chamado a esta Comissão para prestar esclarecimento a respeito dos fatos citados. Terá o tempo de 20 minutos prorrogáveis, a juízo da Comissão, pelo tempo que a mesma achar necessário.

Antes de passar a palavra a V.Sª solicito que preste o juramento conforme o art. 342 do Código de Processo Penal.

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e do que me for perguntado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Esclareço a V.Sª a respeito das penas cominadas ao artigo, por crime de falso testemunho, descrito no Código Penal.

Art. 342: *“Fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete em processo judicial, policial ou administrativo em juízo arbitral”.*

V.Sª está sob juramento nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Portanto, não deve negar-se a falar a verdade e nem mentir para a Comissão.

Concedo a palavra a V.Sª para uma explanação sobre os fatos pelos quais foi denunciado. Em seguida, faremos as interpelações necessárias.

Peço que fale bem perto do microfone.

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Primeiramente, a respeito do que o senhor está me falando, que foi captado órgãos de cadáveres. Os cadáveres que foram doados foram feitos de forma jurídica, através já de um atestado médico registrado em cartório e dado prosseguimentos das publicações de jornal, indo diretamente para o



juiz, que deferiu que esses cadáveres fossem doados. Não tem outra forma. Agora, a respeito de órgãos, não tenho nada a falar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor mora em Franco da Rocha?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor é de qual cidade?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Tatuí.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Qual a sua profissão?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Técnico em anatomia e necrópsia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Qual o seu último emprego?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Escola Paulista de Medicina.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Qual a sua função lá?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Ex-técnico.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - É funcionário até hoje?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Saiu quando?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Saí em 97.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Saiu por quê?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Porque foi extinguido o departamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Qual a sua relação com o Dr. Antônio Aurélio Monteiro de Carvalho?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Eu conheci ele aqui num seminário, aqui nesta Casa mesmo, no dia 11 de maio de 2000. Estava tendo um seminário a respeito de aspectos éticos e legais para a utilização de cadáver.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor já trabalhou para alguma faculdade?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Já. Escola Paulista de Medicina. Era do curso de técnicas de anatomia em algumas faculdades também.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor se apresentou em Franco da Rocha como representante de algumas faculdades. Quais as faculdades que o senhor chegou a representar oficialmente?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Oficialmente, a UNIP, FAE, IPE e... Agora não lembro mais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor representava o que nessas faculdades?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Eles me contratavam porque tenho especialização em preservação, fixação e conservação de cadáveres para estudos de anatomia. Então, eles me contratavam para fazer esse tipo de trabalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Como o senhor chegou em Franco da Rocha e se apresentou?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Conhecemos ele aqui neste seminário, onde conversamos aqui. Como ele era Diretor do Serviço de Verificação de Óbito, era o único cadáver que pode ser doado para fim científico.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O que a lei diz sobre os cadáveres? Quais as características de um cadáver que pode ser doado para fim científico?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Sendo morte natural.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Se ele for vítima de morte violenta, não pode?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Conforme o Dr. Aurélio, ele garantiu, através de um advogado, que todos os cadáveres que fossem doados eram de morte natural. Eu não tinha...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Vocês fizeram algum contrato?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Eu não tinha vínculo nenhum com o Dr. Aurélio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Qual era o vínculo entre a faculdade e o senhor? Existia algum documento que comprovava que o senhor era representante da faculdade?



**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Eu tinha, sim. Para passar no cartório, eu tinha que levar uma autorização, uma solicitação para dar entrada na documentação. Ele ficava responsável.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Qual era o vínculo da faculdade com o IML de Franco da Rocha?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - SVO, Serviço de Verificação de Órgãos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Existia algum convênio entre vocês?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Esse acordo entre você e o Dr. Aurélio foi verbal.

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não. Eu não tinha acordo nenhum com o Dr. Aurélio. Quando estivemos aqui, ele salientou para nós que estava com problema para sepultar cadáveres, porque o espaço era muito pequeno e que ele tinha a intenção de ajudar, de fazer doações desses cadáveres.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Aí o senhor entrou com ele num processo e pegava os órgãos. São cadáveres e órgãos também.

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não, eu nem tocava no cadáver. Só ia mexer quando chegava na faculdade. Quem levava era a funerária.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor nunca foi lá no instituto?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Fui uma vez conversar com ele.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - E nunca levou nenhum órgão de lá?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Eu não. Pessoalmente, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - E alguém que estava com você?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não, a funerária é que se encarregava de levar o corpo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Quem contratava a funerária?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - A própria faculdade.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Quanto a faculdade pagava por um cadáver desse?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não pagava nada porque era doação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Quem doava?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - O Serviço de Verificação de Órgãos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - De Franco da Rocha?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - De Franco da Rocha.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - A faculdade nunca pagou nada?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não. Para mim, não, e nem para ninguém.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Pagou para quem?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não pagou para ninguém. Para mim e nem para ninguém.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor já emitiu alguma nota de serviço funerário para alguma faculdade?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - De serviço funerário?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - É.

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Não?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Se eu emiti?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Não, o senhor solicitou?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Ah, sim, quando era feito esse traslado, tinha que ter um acompanhante para contratar o serviço funerário para remover o corpo até a cidade de origem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor responde a quantos processos por desvio de cadáveres do IML de Franco da Rocha?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Que ele foi indiciado?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - É.

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Dezessete.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Dezessete processos. O senhor acha que o delegado foi muito duro com o senhor?



**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não, porque, como eu falei, toda a documentação necessária eu tenho. Não fiz nada ilegal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor acha que o delegado indiciou o senhor por causa de quê? Ele não foi com a cara do senhor?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não. Não sei.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Porque foram 17 processos. Se ele tivesse indiciado em um só, aberto um, tivesse acertado 16 e errado em 1, aí inocentou o senhor em 16 e em 1 ele se equivocou.

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Ele fez 17 indiciamentos em 1 processo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Sei, mas o senhor responde a 17 inquéritos.

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Isso, inclusive já fui ouvido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Em 17 inquéritos na cidade de Franco da Rocha?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não. Em Tatuí que fui ouvido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Mas foram abertos 17 inquéritos. Todos eles fazem parte de um processo. No final, o delegado concluiu e denunciou. Concluiu o inquérito e apontou a culpa do senhor nesse processo.

O senhor chegou a freqüentar a casa do Dr. Aurélio de Carvalho?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não, nunca.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O contato sempre foi em Franco da Rocha?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - As vezes em que eu conversei com ele foi via telefone e uma vez eu fui lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor nega que já tenha recebido alguma recompensa financeira por um traslado desse de um cadáver.

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não, porque eu tinha... O meu recebimento seria a prestação de serviço para a faculdade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Como você recebia? Era por mês?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Por trabalho de dissecação.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Mas você recebia por cadáver?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não, por honorários de serviços prestados em anatomia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Qual era o valor desse honorário?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Variava de mil, dois mil reais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - De mil a dois mil reais?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Por dissecação de cadáver.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Consta no inquérito que um dia a funerária ia levar o corpo ao hospital, mas eles rejeitaram o corpo, pois não estava conforme o combinado.

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Isso eu desconheço.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Você desconhece?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Desconheço.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Você não conhece nenhum fato desse ou semelhante?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Existem notas fiscais da funerária que comprovam serviços até de 20 mil reais. Você nunca emitiu nota?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Nunca recebeu valor sobre isso?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - De forma alguma.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Porque a funerária tinha que emitir a nota para justificar o pagamento do hospital do serviço. Como não podia sair do caixa 2, tinha que sair do caixa da empresa. Aí tinha que pagar integral.

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não é verdade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Não é verdade? Então, o senhor acha que o delegado se enganou, equivocou-se com relação ao senhor?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não tem motivo, porque eu não ia fazer nunca isso.





**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Conhece o delegado de Franco da Rocha?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Conheci quando fui indiciado?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Você já teve algum problema com ele?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não, de forma alguma.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Ele é seu inimigo?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Você acha que ele foi incompetente ao investigar esse assunto?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não posso falar que ele foi incompetente, mas que não é verdade, não tem veracidade nenhuma nisso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O que é verdade, nesse caso, para o senhor.

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - A verdade é o procedimento legal que eu fiz, inclusive com o advogado acompanhando, para ser feita a liberação do cadáver para ir para a pesquisa, para ensino e pesquisa. Isso eu fiz, inclusive o meu nome consta no cartório...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor trabalhou durante quanto tempo nesse ramo?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Que eu trabalho? Há 19 anos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Dezenove anos?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Qual a outra cidade que o senhor se relaciona para a retirada...?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Sorocaba...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - ... de órgãos, para vender para as faculdades?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não. Isso eu nunca fiz.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Os cadáveres?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Venda de forma alguma.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Doação. Quantos cadáveres o senhor conseguiu doar de Sorocaba para as faculdades que o senhor representava?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - De Sorocaba, nenhum.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Qual a outra cidade que o senhor tinha relação?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Franco da Rocha.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Só Franco da Rocha?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - É.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Por que só em Franco da Rocha o senhor conseguia doação?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não, porque antes eu não fazia. Antes eu não preparava corpo para eles. Daí, depois que nós tivemos esse seminário, como deixei para o senhor...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - E se não tivesse acontecido esse seminário, se você não tivesse conhecido o Antônio Aurélio, como é que você ia ganhar dinheiro? Você ia fazer como?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Eu tenho... Inclusive, eu trabalho. Eu tenho uma firma especializada em embalsamamento, tanatopraxia e formolização de cadáver.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Eu sei, mas as faculdades dessa região, elas conseguiam cadáveres de onde, se Franco da Rocha não cedesse?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - SVO. Sorocaba tem hospital regional que fornece...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Por que você não conseguiu lá em Sorocaba?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Oi?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Por que você não conseguia cadáver em Sorocaba, só em Franco da Rocha?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Conseguir, conseguia...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Você falou que não conseguiu nenhum.



**O SR. NIVALDO PEREIRA** - É que lá, a faculdade...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Lá é mais fácil, não é?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não, não. É que a faculdade de Sorocaba é muito difícil de conseguir, porque não tem peças anatômicas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - E as cidades vizinhas lá de onde você mora?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não, porque é muito difícil. É difícil.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - É difícil tirar um cadáver?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não. É difícil porque não tem, não consegue indigente. É muito difícil.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Não consegue um indigente.

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - E por que os indigentes dessas cidades em volta eram levados para Franco da Rocha?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Ali, parece que é uma cidade... Eu não conheço muito bem lá, mas é uma cidade de... passagem, que eles falam.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - E você não acha muita coincidência, não? Todos esses cadáveres iam só para Franco da Rocha e de lá era fácil levar o cadáver embora?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - O SVO, a central do HC fornece cadáver para o Brasil todo também.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Mas eles fornecem cadáveres com o diagnóstico de morte violenta?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não. Já houve casos de ir e depois retornar, no caso da morte violenta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor nunca saiu do IML de Franco da Rocha levando nenhum material?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não, porque eu não tinha... As vezes que eu fui lá, a gente conversava...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Você foi quantas vezes lá, já?



**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Fui... Para conversar com o Dr. Aurélio, eu fui uma vez lá. Depois, mais via fone Depois mais uma outra vez que... quando deu esse problema aí, que ele falou que eu tinha feito a denúncia. Depois não conversei mais com ele.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor conheceu algum outro funcionário no IML, a não ser o Dr. Aurélio.

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Só de vista. Não tinha contato com nenhum deles.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Quantas pessoas sabiam desse procedimento que o senhor efetuava em Franco da Rocha, além de Antônio Aurélio? O Prefeito sabia?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Quem?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O Prefeito da cidade?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não sei. Todo mundo do IML sabia que eu estava fazendo da forma adequada. Agora, o Prefeito não tenho certeza. Não sei.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Então, todos os funcionários do IML sabiam que você levava os cadáveres lá do...

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não, eu não levava. Quem levava era a funerária.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Mas você que vinha representar as faculdades.

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Através do telefone, eles faziam o contato, a faculdade com ele, mandando essa solicitação para ele, para o Dr. Aurélio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Você lembra quantos cadáveres você intermediou para levar para as faculdades?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Acho que foram esses 17 mesmo. Não, foram nove.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - E ia tudo para a mesma faculdade?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não. Como eu disse para o senhor, foi para a FAE, para a Ipiranga... e UNIGIP(?).



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Você tinha alguma identificação funcional do IML ou do SVO?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Não?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Você não tinha vínculo nenhum lá?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não tinha vínculo nenhum. Como disse para o senhor, eu encontrei com ele aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Qual era o valor cobrado e estipulado pelo transporte de um cadáver?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Isso daí ficava a critério da funerária, porque é por quilômetro rodado que eles cobravam a remoção de um local para outro. Isso ficava a critério, porque eles cobravam o caixão e a remoção.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Então, o valor cobrado era o do transporte?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Era o valor do transporte.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Frankembergen.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Sr. Nivaldo, estava ouvindo aqui atentamente o seu depoimento. Quando o senhor foi interrogado com o delegado, através do delegado, as informações que o senhor está prestando hoje aqui foram as mesmas que o senhor passou para o delegado no inquérito?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - O senhor não está mudando nada do seu depoimento?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não. Eu estou...

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Faz muito tempo?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Foi em 2000.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Em 2000. Quatro anos mais ou menos. Três anos e meio, quatro anos. Certo. O senhor disse que o único contato que o senhor tinha junto ao IML, lá em Franco da Rocha, era com...



**O SR. NIVALDO PEREIRA** - O Dr. Aurélio.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - O Dr. Aurélio?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - É isso.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Com mais ninguém?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não, mais ninguém.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - O senhor nunca teve contato com outra pessoa?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Com outro médico?

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Não, funcionários.

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Funcionários, eu via eles lá, conversava esporadicamente, mas eu não tinha contato com nenhum deles.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Significa que o senhor, esporadicamente, freqüentava o IML?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não, conversava esporadicamente com eles. Eu fui uma vez para conversar com o Dr. Aurélio, posteriormente, quando eu saí daqui, quando nós saímos daqui, depois eu fui mais umas duas vezes para lá.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Um duas vezes?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - É.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - O senhor lembra o nome de alguma pessoa com quem... funcionários que trabalhavam no IML?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não, não recordo.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Auxiliar de necropsia.

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não recordo. Eu não tinha contato nenhum com eles. Eu conversava, como eu estou te dizendo, com eles na frente, mas pouca coisa. Um dia que eu ensinei para um... expliquei para um deles como que fazia para fazer a injeção como se fosse a tanatopraxia.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - O senhor lembra o nome desse funcionário?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Eu não recordo o nome dele, mas eu sei que foi o rapaz que fez a denúncia. Eu não lembro o nome dele.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - O senhor ensinou para ele?



**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Como que se fazia essa injeção.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Uma vez.

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - É.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - O senhor disse que só tratava com relação à doação de cadáveres?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Isso.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Corpos?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - É.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - E de órgãos?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não, no meu caso que eu tinha contato com o Dr. Aurélio era para a doação dos cadáveres.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - O senhor chegou a assinar algum documento, em algum momento, solicitando ou encaminhando ou formalizando o encaminhamento de algum órgão?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Ele tinha, o Dr. Aurélio, ele mandava, ele tinha umas cubas lá, e ele mandava, mandou para duas ou três faculdades restos mortais que já tinham feito exames, segundo ele, que depois, em vez de ser...

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Restos mortais? O que significa isso?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Seria vísceras.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Vísceras?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Vísceras.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - E isso aconteceu uma vez só?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não, eu não levei nenhuma vez. Ele tinha lá e foi doado para a faculdade. Inclusive tem os documentos que ele fez a doação.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Isso não foi por intermédio do senhor, essa doação?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não, porque já tinha direto contato, já conversava direto na universidades e na faculdade.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Ossos também eram doados?



**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Ossos também eu nunca levei.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - O senhor tem conhecimento de que eram descarnados alguns corpos lá para poder fazer a doação dos ossos?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Descarnados?

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Sim.

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Eu não cheguei a ver.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - O senhor não tem conhecimento disso?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Que ele dissecava ou tirava...?

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Sim.

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não, não sei. Eu não vi.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Esse era um trabalho que o senhor fazia também?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não, o meu trabalho é só fixação, conservação e preservação do cadáver.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Está bem. O senhor possuía alguma identificação lá do IML para ter acesso?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não, não, não tinha nada. No entanto, como eu estou falando para o senhor, eu só ficava lá na frente. Eu ia lá na sala do Dr. Aurélio, conversava e ia embora. Não ficava lá. O contato meu com ele era só isso.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - O senhor chegou a falar aí que, salvo engano, foi duas vezes que o senhor foi ao IML?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - É, eu fui uma vez para conversar e depois mais umas duas vezes.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Quanto tempo durou esse seu contato, essa negociação com relação a doações para as universidades? Quanto tempo?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Quanto tempo demorou para...

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Sim, tempo, dias, meses, anos.

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Ah, demorou bastante. Demorou uns 3 meses.





**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Somente 2 ou 3 meses?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - É, quando foi que terminou o curso, quando terminou o seminário que nós tivemos e, daí, através, como a gente...

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Não, eu não pergunto com relação ao curso, do período do curso, ao período que durou essa, vamos colocar aí, essa negociação com relação à doação dos cadáveres, o contato que o senhor tinha com ele. Quanto tempo durou esse contato para a negociação com as universidades?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Ah, foi uns 6 meses.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Não durou 1 ano?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - E nesses 6 meses, o senhor chegou a ir ao IML duas vezes?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - É. Fui uma vez, a primeira vez para conversar com ele, porque ele não se encontrava lá, era muito difícil de achar ele lá. E, depois, eu fui umas duas vezes. Duas, três vezes no máximo.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Nos depoimentos colhidos, chegou a informação, e talvez também através do inquérito policial, que o senhor representava algumas faculdades.

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - É, eu trabalhava com elas.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Quantas faculdades?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - São 4.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Quatro faculdades. O senhor lembra quantos corpos o senhor intermediou para a doação para essas universidades?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Foram três para a FAE, três para Itajubá, um para a UNIP e um para São Camilo.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Isso nos 6 meses de contato?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Isso.



**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Todos esses corpos, esses cadáveres foram feitos de maneira legal, documentada, tudo tem registro disso?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Tudo tem.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - O senhor sabe me dizer se nos autos do inquérito policial foram apresentadas essas documentações?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Eu, inclusive, eu juntei essa documentação que eu tinha, que eu sempre ficava com uma cópia comigo, eu ajuntei elas agora no inquérito, mas não tinha.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Essas intermediações entre o IML e a faculdade eram feitas através de uma empresa sua, de uma firma sua?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não. Como houve esse seminário — voltando novamente —, depois desse seminário terminando, então a gente ficou conhecendo o Dr. Aurélio e ele nos falou que gostaria de ajudar as faculdades, e foi o que aconteceu.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Vários funcionários do IML foram ouvidos e eles chegaram a afirmar que os procedimentos que eram feitos, ou seja, a retirada de alguns órgãos que foi efetuada de cadáveres, eram negociadas entre o Dr. Antônio Aurélio e o senhor, que era repassada para o senhor. O que o senhor fala sobre isso?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não, não tem nada. Não existe isso.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - O senhor nunca recebeu órgão nenhum para negociar, para levar para uma...?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Eu, pessoalmente, não. Quando a funerária ia levar as peças, levar a peça inteira anatômica, automaticamente já eram necropsiadas. Então, as vísceras iam junto, mas não iam dentro da cavidade, ia num saco do lado.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - O senhor lembra do valor? O senhor disse que não era cobrado nenhum valor.



**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não, meu não. Na minha parte não. A única pessoa que cobrava isso aí era a funerária, que era o trajeto, o traslado do cadáver até a universidade.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - E o senhor sabe mais ou menos o valor desse traslado, quanto era cobrado?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Um real, parece, por quilômetro rodado, 2 reais, não sei.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Mas, segundo informação, tem nota fiscal com cerca de 15, 20 mil reais. Então, andou 20 mil quilômetros?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Mas eu desconheço. Eu não assinei nada de nota, nem muito menos emiti nota.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Claro, o senhor está dizendo que não tinha empresa para negociar isso aí. É claro que o senhor não poderia emitir nota, a não ser que o senhor emitisse algum recibo.

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não. Mas é... A única coisa que eu tinha é... Quando eu prestava o serviço, eles pagavam o meu honorário, que no caso seria da formalização, o embalsamamento ou a injeção. Esse é um serviço que é especialidade minha.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Antes de ser negociado com a universidade, o primeiro contato era o senhor com o Dr. Aurélio e, depois, apareceu o cadáver. Então o senhor ia lá, negociava com o Dr. Antônio Aurélio e depois apresentava para a universidade, dizendo: "Olha, tem um cadáver assim e assim. Vale a pena? Querem que eu prepare? Como é que era feito isso?"

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não. Primeiro, não havia negociação. Ele passava, ligava para a faculdade que tinha esse corpo que podia ser doado, a faculdade entrava em contato comigo para eu dirigir-me até lá ver o cadáver se havia condições de ser utilizado para a aula de anatomia.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Então, o contato não era feito diretamente com o Dr. Aurélio e o senhor, e sim a universidade que lhe procurava?



**O SR. NIVALDO PEREIRA** - É, porque a faculdade já tinha mandado as solicitações para a doação. Então, ele ligava direto e depois, posteriormente, a faculdade me avisava que tinha esse corpo.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - O senhor está sob juramento e o senhor diz que em nenhum momento teve participação em ato ilícito com relação a este caso de Franco da Rocha?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não, eu fiz da maneira correta. Eu ia no cartório, eu levava o atestado de óbito no cartório, toda essa documentação necessária era feito o trâmite, publicações no jornal, tudo certinho. Agora, eu não sei da forma que ele conduziu lá no IML, eu não posso falar.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - O senhor já foi julgado?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - O senhor ainda não foi julgado?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Já fui ouvido.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Ouvido no inquérito policial e na Justiça, no Ministério Público?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - É, no Ministério Público.

**(Não identificado)** - Sr. Presidente. Nivaldo, o senhor já chegou a assinar alguma vez algum laudo?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Laudo?

**(Não identificado)** - É, um atestado de óbito?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não.

**(Não identificado)** - Não. Nunca?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Nunca.

**(Não identificado)** - O delegado diz aqui no inquérito que o senhor chegou a fazer isso.

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não é verdade.

**(Não identificado)** - Para liberar o corpo.

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Eu? Não. De forma alguma.

**(Não identificado)** - Atestado de óbito dos cadáveres doados, nas folhas 85 e 90 do processo.



**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não, não assinei não.

**(Não identificado)** - O senhor teria acesso ao processo que o senhor está respondendo?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Eu tive.

**(Não identificado)** - O senhor leu?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Li, mas, no que eu estou com ele lá não tem nada disso.

**(Não identificado)** - “A participação e o conluio de Antônio Aurélio e Nivaldo Pereira em todas as doações é patente, tendo este último — no caso, o senhor — sido o declarante para fins de elaboração de atestado de óbito dos cadáveres doados...”

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não. Isso foi no cartório.

**(Não identificado)** - ... *(Ininteligível)* 90, o que não se justifica, pois não é funcionário do IML ou da faculdade envolvida.”

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - No cartório eu assinei como declarante. No cartório. Porque poderia ser qualquer pessoa. Mas atestado de óbito, não.

**(Não identificado)** - Mas o senhor tinha autorização para assinar pelo Instituto Médico Legal?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Mas não era pelo Instituto Médico. Qualquer pessoa, como testemunha, pode assinar como declarante.

**(Não identificado)** - O senhor chegou lá por acaso como testemunha?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não, porque eu que estava cuidando da documentação.

**(Não identificado)** - O senhor cuidava de todas as documentações?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Dos cadáveres que foram doados, sim.

**(Não identificado)** - Então, o senhor cuidava de todas?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Quase todas.

**(Não identificado)** - Então, o senhor já veio várias vezes a Franco da Rocha?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Mas essas vezes aí que o senhor está falando... A segunda vez... Foram 3 cadáveres num dia; depois de mais uns dias foram mais 3; aí, depois desse de São Camilo não fui eu que cuidei.



**(Não identificado)** - O senhor chegou a intermediar a doação de um cadáver para a faculdade de São João da Boa Vista?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Então, essa faculdade é que é a FAE.

**(Não identificado)** - E é da Paraíba? Você é da cidade de João Pessoa?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Isso.

**(Não identificado)** - Então o senhor tinha mais relação com as faculdades, não são só essas 3 que o senhor falou.

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Todo esse pessoal que está citando aí, todo mundo participou desse seminário aqui.

**(Não identificado)** - Todo mundo?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Todo mundo. Tinham 140 autoridades, entre médicos, reitores, doutores, delegados, juízes.

**(Não identificado)** - O senhor conheceu todo mundo nesse seminário e já se tornou representante deles todos aqui pra intermediar?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não, não, não, porque a gente fez alguns cursos na Escola Paulista de Medicina e lá participaram vários professores, vários médicos. Foram 5 cursos que nós freqüentamos na Escola Paulista.

**(Não identificado)** - Aqui nós temos, no caso desse cadáver da faculdade, da FAFI, Itajubá, que a vítima era vítima de homicídio. Portanto, ele não poderia...

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Eu não tinha conhecimento, porque nesse caso aí não fui eu que cuidei.

**(Não identificado)** - O Dr. Antônio Aurélio era médico especialista nessa área?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não, ele fazia as duas, né?

**(Não identificado)** - Ele é médico legista?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Ele é médico legista e tomava conta... Diretor do Serviço de Verificação de Óbitos.

**(Não identificado)** - Ele devia conhecer a lei, né?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - É... No entanto, a gente só aceitou essas doações, porque estava fazendo, pensando eu, que estava fazendo corretamente, nada para infringir a lei.

**(Não identificado)** - Mas o Dr. Aurélio devia conhecer, né?, porque ele...



**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Ah, com certeza, ele é médico há muito tempo.

**(Não identificado)** - Você acha que ele se equivocou ou ele passou por cima da lei?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Talvez ele tenha sido mal assessorado, porque o advogado dele, porque através dele que foram feitas todas as documentações. Agora, não...

**(Não identificado)** - É comum todo médico ter advogado?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Oi?

**(Não identificado)** - Esse advogado era dele ou do IML?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Agora... Eu acho que é dele, né?

**(Não identificado)** - É, porque normalmente a pessoa tem advogado quando está recebendo algum processo, é indiciado. Tem gente até que não tem advogado, vem aqui sem advogado.

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - No entanto, eu vim.

**(Não identificado)** - Pois é. Então, se ele foi mal assessorado pelo advogado é porque ele já sabia que estava envolvido em alguma coisa que poderia dar problema para ele. O certo é o médico ter um auxiliar de enfermagem do lado dele, uma pessoa da área técnica de laboratório. Médico não trabalha com advogado assessorando ele, não; médico trabalha com enfermeira, com técnico de enfermagem, não é verdade?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Certo.

**(Não identificado)** - Assessor de médico é isso, pelo que eu sei.

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Com certeza.

**(Não identificado)** - Então já teve caso de um cadáver ter sido levado e depois ele retornou ao IML?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Foi devolvido.

**(Não identificado)** - Por causa de quê?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - O juiz indeferiu.

**(Não identificado)** - O juiz de onde?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - De Francisco Morato.

**(Não identificado)** - E o juiz da cidade de Franco da Rocha havia doado?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - De Franco da Rocha mesmo não tinha, né?



(Não identificado) - Como é que o cadáver saiu? Com a autorização de quem?

O SR. NIVALDO PEREIRA - Autorização?

(Não identificado) - É.

O SR. NIVALDO PEREIRA - Saiu com a autorização do cartório e do Dr. Aurélio, né?

(Não identificado) - Tá. Então, ele saiu com autorização do cartório?

O SR. NIVALDO PEREIRA - Do cartório, porque o cartório, depois que é feito o registro...

(Não identificado) - Qual é o nome do cartório onde eram feitos esses...

O SR. NIVALDO PEREIRA - É o Primeiro Cartório de Franco da Rocha.

(Não identificado) - Todas essas autorizações eram feitas nesse cartório?

O SR. NIVALDO PEREIRA - Eram, eram feitas nesse cartório.

(Não identificado) - Como é o nome do funcionário do cartório lá que atendia o senhor?

O SR. NIVALDO PEREIRA - Tinham dois, tinha o Ricardo e o Carlos.

(Não identificado) - Ricardo e Carlos?

O SR. NIVALDO PEREIRA - É.

(Não identificado) - Sempre era feito por eles mesmos, né?

O SR. NIVALDO PEREIRA - Não, as vezes que eu fui lá foram...

(Não identificado) - Os dois?

O SR. NIVALDO PEREIRA - ... foi o Ricardo e uma oficial, Sônia.

(Não identificado) - Sempre eram os dois?

O SR. NIVALDO PEREIRA - É, todo mundo que estava atendendo no balcão, né?

(Não identificado) - Tinham quantos funcionários no cartório lá?

O SR. NIVALDO PEREIRA - Tem uns 7, 8.

(Não identificado) - Mas sempre quem atendeu o senhor eram sempre os dois?

O SR. NIVALDO PEREIRA - É, quando um não estava, estava o outro.

(Não identificado) - Dos 7, sempre os 2 atendiam o senhor?

O SR. NIVALDO PEREIRA - Não, quem tivesse na hora lá, mas...





**(Não identificado)** - Quem liberou esses 17(?)?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Foi ele.

**(Não identificado)** - Então sempre quem assinava era ele?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Ele, porque ele era o oficial maior do cartório, ele é que tinha que assinar.

**(Não identificado)** - E quando o juiz lá da cidade lá devolveu...

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - De Caieiras, se não me engano, eu não me recordo.

**(Não identificado)** - ...devolveu o cadáver, você chegou e devolveu ele no IML novamente?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Foi devolvido para o IML.

**(Não identificado)** - Foi feito o quê desse cadáver?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Foi sepultado.

**(Não identificado)** - Já teve um caso de retirada de um feto de 7 meses e...

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Eu vi aí, mas eu desconheço esse fato.

**(Não identificado)** - O senhor viu também?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Eu vi aí, mas desconheço, porque eu não tive...

**(Não identificado)** - Quando os órgãos eram retirados dos corpos, vocês colocavam pó de serra? Para que se coloca pó de serra no cadáver?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Esse é um procedimento normal do Instituto Médico Legal e do Serviço de Verificação, que, depois que faz a necropsia, retira as vísceras. Então é colocado o pó de serra pra drenar...

**(Não identificado)** - Mas o senhor sempre fez isso? Botou pó de serra dentro, sempre pra conservar, em todos os cadáveres?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não, lá não fiz nenhuma vez isso. Esse é um procedimento que a gente faz no Serviço de Verificação de Óbito.

**(Não identificado)** - Lá no IML o senhor nunca colocou?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Lá não, lá nunca fiz isso. Eu nunca manuseei um cadáver lá. O cadáver ia pra faculdade, na faculdade eu ia manusear ele.

**(Não identificado)** - Lá na faculdade que o senhor manuseava?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - É.

**(Não identificado)** - Era o senhor que recebia esse cadáver na faculdade?



**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não. Tinha o professor da disciplina.

**(Não identificado)** - Que recebia o cadáver e os órgãos?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - É, porque, como eu disse pro senhor, depois de feito o laudo necroscópico, colhido o material para exame histopatológico, ele vai tudo pra... Acompanha o cadáver, ou, quando não é recolhido, pra esses exames laboratoriais.

**(Não identificado)** - O Deputado Frankembergen tem uma pergunta.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Eu gostaria somente de fazer mais uma pergunta: nos anos 2000 e 2001, qual era a sua fonte de renda? O senhor trabalhava onde, se tinha 1 emprego, 2 empregos?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Como eu já disse pro senhor, eu tenho essa firma que faz esse tipo de trabalho.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Desde quando?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Essa firma, desde 89.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Oitenta e nove?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Isso.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Então em 2001, 2002, o senhor já tinha...

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Eu continuo trabalhando normal.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - A sua fonte de renda era somente essa empresa, essa firma?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - É.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - O senhor não tinha outra fonte de renda?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - O senhor declarou os impostos junto à Receita Federal, todos, no ano de 2002, no ano de 2001?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Foi declarado 2002, 2003, 2004. Dois mil e quatro ainda não.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Os seus bens são compatíveis com a renda que o senhor tinha na...

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Eu não tenho bens.



**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - O senhor não tem nenhum bem?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não. A única coisa que eu tenho é a minha casa.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Não tem outro bem?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - A sua empresa, essa firma, ela não rende lucro, ela não tem...

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Nós prestamos serviços para terceiros, ou seja...

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Eu sei, é terceirizado o seu trabalho.

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Isso. Mas a renda não é assim tão grande.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Está bem. Obrigado, Sr. Presidente.

**(Não identificado)** - Já teve caso de um cadáver que o senhor intermediou a venda ter sido recusado?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Eu não vendi.

**(Não identificado)** - Que o senhor intermediou a doação dele, ter sido recusado pela faculdade?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não, todos os cadáveres que foram enviados, doados, todos eles foram aceitos.

**(Não identificado)** - A FAFI já não...

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Itajubá?

**(Não identificado)** - É. Ela já não devolveu um cadáver pra você?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não, foi quando a polícia foi para lá e fez a apreensão. Ele falou que não podia, que tinha sido um cadáver que foi morto num presídio de Franco da Rocha e não podia ser doado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor José Vieira confirmou as denúncias. Ele disse que, quando eles foram levar um cadáver a pedido do senhor, pela funerária da Faculdade FAFI, Faculdade de Ciência de Itajubá, o professor que recebeu o cadáver reclamou que tinha pago muito caro por aquele cadáver, 15 mil reais, e o senhor havia feito um acordo com ele que o



cadáver não seria necropsiado e ele chegou lá necropsiado. O senhor se lembra desse fato?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não é verídico isso. Inclusive, ele nunca foi lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Quem nunca foi ?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Esse José que o senhor está citando aí. Ele trabalhava lá no IML. Esse rapaz que fez a denúncia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Ele teve algum problema com o senhor, teve algum...

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não, nenhum.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor já teve algum problema com ele? O senhor acha que ele fez denúncia por quê?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Ele fez porque o Dr. Aurélio era muito sistemático. Eles discutiram e o Dr. Aurélio colocou ele à disposição, pois ele não era funcionário do IML, ele era funcionário da Prefeitura, só que ele só arrumava problema. Daí eles discutiram e o Dr. Aurélio colocou ele à disposição da Prefeitura. Daí que ele fez essa denúncia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Aí o delegado comprou a briga dele e investigou as denúncias e viu que era tudo mentira, mas confirmou no inquérito que havia sido retirado, que havia sido vendido, que havia sido emitida nota, que o senhor freqüentava o IML, que os funcionários usavam crachá falso, que os cadáveres eram retirados de lá sem autorização, de forma irregular, porque foram vítimas de mortes violentas, não poderiam ter sido doados para fins de pesquisa. Foi isso?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não, quando ele fez a denúncia nem chamado eu tinha sido para ir depor. Fiquei sabendo, daí nós fomos para prestar o depoimento, mas esse fato de eu tirar cadáver sem autorização, não. Todos os cadáveres que foram doados saíam especificamente com os documentos de lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor já fez alguma doação para o IML de Franco da Rocha?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Oi?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - De algum equipamento?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Alguma ferramenta?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Uma vez estava em falta de luvas de procedimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Você doou. O senhor nunca doou para lá uma serra vibratória?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Uma maquina?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não, também.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor nunca entrou lá com uma maquina? Nunca doou?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não. Nunca.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Lembro ao senhor que está perante a CPI...

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Mas estou falando a verdade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor prestou juramento de não mentir nem deixar de falar a verdade.

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não estou mentindo. A única coisa que dei lá foi uma caixa de luvas de procedimento e dois rolos de fio de barbante para fazer sutura.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Dois rolos de fio de barbante e a luva. A maquina não foi o senhor. Quem foi que deu a maquina, então?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não sei. Não tenho conhecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Mas lá tinha essas ferramentas? Tinha serra vibratória no IML?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Se lá dentro tinha? Não sei. Eu entrei uma vez só lá. Eles cortavam com serra normal, cegueta. Para fazer os exames, usam cegueta ou serrote.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Então, o senhor nunca doou? O senhor conhecia o Sr. Márcio Luís Biondi?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Ele era o escriturário lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - De onde?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Lá do IML.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Ele teve problema com o Dr. Aurélio também? Brigou com o Dr. Aurélio?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Acho que não, porque os dois eram muito unidos e ele que fazia toda documentação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Pois é, ele disse aqui o seguinte, fls. 186 e 887 do processo: *“Depois de ratificar suas declarações iniciais, informou que Nivaldo havia levado para o IML alguns materiais para serem utilizados na retirada e guarda de órgãos, que consistia em uma maquina ou uma serra vibratória e grande quantidade de formol e vários baldes grandes de cor azul.”* O senhor doou algum balde para lá?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Três baldes: um azul e dois verdes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor falou que só tinha doado as luvas, depois doou barbante, agora já doou o balde. O senhor podia falar a respeito da serra, se o senhor doou mesmo ou não.

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Isso era para lixo. Não, a serra não doei.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Mas o balde doou?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Eles estavam precisando do balde. Eu deixei lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Deixou. Tudo bem. O senhor conheceu a Sra. Miriam dos Santos?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - De vista, só.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - De vista da onde?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Estava sempre na frente do IML.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Qual é a função dela lá?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Ela era auxiliar de necropsia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Auxiliar de necropsia?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Então, é uma pessoa que conhecia os procedimentos lá dentro?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Eu não tinha contato com ela, mas acredito que sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor teve algum problema com ela?



**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Nunca tive problema com nenhum deles.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Com nenhum deles, o senhor nunca teve problemas. O senhor acha que esses depoimentos prestados por eles, dizendo que o senhor doou serra...

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - É um procedimento ilegal. Eles estão falando, mas não houve isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Não houve?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - De forma alguma.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor se lembra desse feto que foi tirado da senhora Elisângela Perpétua?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Como já disse para os senhores, vi no processo. Vi através do processo, mas não tenho conhecimento desse feto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Quem é que comunicava para o senhor a chegada dos cadáveres lá no IML, para que o senhor pudesse ir a Franco da Rocha fazer o procedimento de doação?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Quando não era a faculdade, o Dr. Aurélio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Ele mesmo ligava para o senhor?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Ele ou o Márcio. Esse Márcio que cuidava da documentação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - E o senhor ia? Da cidade que o senhor mora até Franco da Rocha, quantos quilômetros?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - É longe. Eu não ia direto lá. Como já falei para o senhor, através de telefone.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Mas não era o senhor que ia no cartório e despachava?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Quando já estava o cadáver liberado, depois de 10 dias. Daí eu ia lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Então, o cadáver era liberado depois que o senhor ia no cartório?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Depois de ter entrado toda documentação.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - É normal um cadáver ficar esse tempo todo dentro do IML?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - O procedimento... Eu não sei a regra interna deles, mas acredito que sim. No caso de doação, tem que esperar serem feitas as publicações para depois serem doados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Então, liberado, o senhor vinha, ia no cartório, conversava.

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não, ia no cartório, cuidava...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Onde iniciava o processo de doação? Era no IML?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - No SVO.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - No SVO. Quem assinava o primeiro documento?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - O Dr. Aurélio ou outros médicos que estavam de plantão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Tudo bem. O senhor conheceu alguma outra história do Dr. Antonio Aurélio?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não. Eu conhecia...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Ele é médico ainda em Franco da Rocha?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não sei. Nunca mais o vi, sumiu.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Sumiu? O senhor sabia que ele responde outro processo em Taubaté?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não, senhor. Não tenho conhecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Não? Ele nunca contou para o senhor?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor conheceu a Sra. Eliane Aparecida Pereira?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Eliana?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Eliane Aparecida Pereira.

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Não.





**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Não?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Só se fosse uma das funcionárias do SVO, mas eu não reconheço.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - E Angela Aparecida Simões?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Também não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Não conhece?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Só se fosse funcionária de lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Lá do IML?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - É, porque...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Sua ligação, então, era mais com o Antônio Aurélio?

**O SR. NIVALDO PEREIRA** - Ligação não. Ele ligava, a Faculdade entrava em contato com a gente, que ia lá e cuidava da documentação. Só isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O Professor Pastor Frankembergen quer fazer alguma pergunta? Não? Então, vamos dar por encerrado este depoimento.

Vamos convidar o Sr. Carlos Magno Marcondes. O Dr. Carlos Magno Marcondes foi convidado por esta Comissão para colaborar com os trabalhos de investigação que estamos fazendo no caso de Taubaté. Não chegou a ser citado na Comissão, mas, analisando os autos processuais do caso, achamos importante ouvi-lo, até por sugestão de algumas pessoas que trabalharam no processo. Contra V.Sa. não pesa nenhuma denúncia aqui nesta Comissão sobre o caso, mas as pessoas envolvidas no processo acharam importante ouvi-lo como colaborador desta Comissão. Por isso o convidamos. Quero deixar bem claro que não pesa nenhuma acusação contra o senhor nesse caso de Taubaté, mas apenas algumas informações que entendemos importantes. O senhor poderá colaborar com esta Comissão ao prestar essas informações. Nós o convidamos para colaborar com esta Comissão. Queria que o senhor prestasse o juramento a essa Comissão.

**O SR. CARLOS MAGNO MARCONDES** - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, quero advertir o depoente das penas cominadas ao crime de falso testemunho: Art. 342 - *Fazer afirmação falsa, negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor, intérprete em processo judicial, policial ou administrativo ou em juízo arbitral.*

Dr. Carlos Magno, o senhor trabalhou em Taubaté, na Fundação Universitária de Saúde de Taubaté, nessa época do episódio ou posterior a ele?

**O SR. CARLOS MAGNO MARCONDES** - Trabalhei na Fundação Universitária de Saúde de Taubaté no período de 1980 até 1992.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Qual a função que o senhor exercia lá?

**O SR. CARLOS MAGNO MARCONDES** - Entrei na Fundação trabalhando em áreas administrativas e, a partir de 1984, fui nomeado Tesoureiro da Fundação e exercia também algumas funções administrativas dentro do Hospital Universitário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor conheceu o médico Pedro Henrique Torrecillas, Rui Sacramento, Antonio Aurélio, Mariano, José Carlos Natriele de Almeida?

**O SR. CARLOS MAGNO MARCONDES** - Conheço. São pessoas que, na época em que eu trabalhava lá, também prestavam serviço, trabalhavam dentro do hospital.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Em relação aos médicos anteriormente citados, o senhor sabe acerca da existência ou não de vínculo dos funcionários do mesmo com a Fundação em Taubaté?

**O SR. CARLOS MAGNO MARCONDES** - Eles prestavam serviços dentro do hospital. A Fundação, no caso a FUST, era a entidade mantenedora do Hospital. Então, todos os...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Ou com o Hospital Santa Isabel, de Clínicas?

**O SR. CARLOS MAGNO MARCONDES** - Esses médicos trabalhavam em vários hospitais, trabalham em vários hospitais, trabalham no Hospital Universitário, trabalham no Hospital de Clínicas, trabalham em outro hospital da cidade, que se chama Hospital São Lucas. Geralmente, eles atuam em mais de um hospital.



**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Pois não, Deputado Pastor Frankembergen.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Nós vamos ouvir, em seguida, o Dr. Ciro João. Ele se encontra no recinto?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O regulamento da Comissão não permite depoimentos no mesmo caso. Foi só uma retirada estratégica. Ainda em relação aos médicos, o senhor sabe se eles recebiam pagamentos relativos aos procedimentos relacionados à cirurgia de transplante?

**O SR. CARLOS MAGNO MARCONDES** - Desses médicos que o senhor citou, eu me recordo de pagamentos ao doutor... O senhor citou Antônio Aurélio?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Antônio Aurélio, Rui Sacramento, Mariano e o Torrecillas.

**O SR. CARLOS MAGNO MARCONDES** - Não, pagamentos... Que tipo de pagamentos o senhor...?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Pagamentos. Na época em que eles fizeram esses transplantes...

**O SR. CARLOS MAGNO MARCONDES** - O senhor fala inerente aos transplantes?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Isso.

**O SR. CARLOS MAGNO MARCONDES** - Não, relacionado a transplante, eu não fiz. Não me recordo de nenhum pagamento para nenhum desses médicos. Houve pagamento para alguns desses médicos por honorários de serviços prestados dentro do hospital.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Que tipo de serviços?

**O SR. CARLOS MAGNO MARCONDES** - Por plantão ou por repasse de honorários, mas nenhum deles relacionado a transplante. Houve pagamento para o Dr. Pedro Henrique como médico responsável pelo serviço de hemodiálise do hospital, algum atendimento, honorários por tratamento de pacientes internados, mas em nenhum momento, para esses médicos, pagamento relativo a transplante.



No caso do Dr. Antônio Aurélio e do Dr. Mariano, houve pagamento por procedimento realizado em outro hospital, por realização de nefrectomia de cadáver.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Retirada?

**O SR. CARLOS MAGNO MARCONDES** - Retirada de rim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Retirada de rim. E quem pagava essa retirada?

**O SR. CARLOS MAGNO MARCONDES** - Não me recordo exatamente dos fatos, mas o que me lembro é que houve uma contratação para que passasse a se fazer retirada de órgãos de doadores cadáveres. Havia um acordo entre o hospital universitário e uma outra entidade que não me recordo, não sei dizer, que as nefrectomias que fossem realizadas seria feito um repasse de valor para, em nome da fundação, que era a mantenedora do hospital universitário, para pagamento das despesas relativas às nefrectomias.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Qual era essa entidade que tinha esse convênio?

**O SR. CARLOS MAGNO MARCONDES** - Eu não saberia dizer agora, porque não participei dessa...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Na época, o senhor verificou se existia realmente esse convênio assinado?

**O SR. CARLOS MAGNO MARCONDES** - Não. Não verifiquei isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor era contador na época?

**O SR. CARLOS MAGNO MARCONDES** - Não, eu era Tesoureiro da Fundação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Tesoureiro? Mas todo esse dinheiro que era usado para pagar a nefrectomia vinha dessa entidade que o senhor não sabe o nome.

**O SR. CARLOS MAGNO MARCONDES** - Foi através de crédito em conta corrente. O valor destinava-se ao pagamento da despesa pelo procedimento dentro do hospital e uma outra parte era pelo ato médico...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - E o hospital emitia nota desse serviço para receber esse crédito em conta corrente?



**O SR. CARLOS MAGNO MARCONDES** - Foi pago através de cheque da fundação, emitido recibo do hospital que recebeu o pagamento e também dos médicos que receberam os honorários, cujos valores, se eu me recordo, era em torno de 2.500 cruzados ou cruzeiros, que seria provavelmente hoje talvez uns 2.000 ou 3.000 reais. Era um valor destinado à cobertura do procedimento de nefrectomia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor não sabe de onde vinha esse dinheiro?

**O SR. CARLOS MAGNO MARCONDES** - Esse dinheiro foi contabilizado como uma ordem de crédito, mas não apuramos. Eu não me lembro de ter apurado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor não sabia quem fazia a ordem de crédito?

**O SR. CARLOS MAGNO MARCONDES** - Eu me recordo do crédito, dos pagamentos, da contabilização, mas não me recordo de ter a origem do crédito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Mas, veja só, o hospital contabilizava a entrada. Para haver entrada, tinha de ter acontecido a prestação de serviço. Correto?

**O SR. CARLOS MAGNO MARCONDES** - Correto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Entrava o dinheiro como receita, mas não tinha a despesa. Não foi emitida nenhuma nota de despesa, nenhuma ordem de serviço e despesa?

**O SR. CARLOS MAGNO MARCONDES** - O crédito destinava-se ao pagamento de um determinado procedimento. A despesa já havia ocorrido. Existia uma...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Mas se alguém fez esse crédito na conta é porque havia recebido uma nota de um serviço prestado pelo hospital ou pelos médicos.

**O SR. CARLOS MAGNO MARCONDES** - Na realidade, quem prestou o serviço não foi o Hospital Universitário, o Hospital Escola. A nefrectomia foi feita no Hospital Santa Isabel de Clínicas, através de um acordo, um convênio, entre a Fundação, o Hospital Universitário...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Qual era relação entre o Hospital Santa Isabel e o Hospital Universitário?



**O SR. CARLOS MAGNO MARCONDES** - São 2 hospitais da cidade que não têm ligação um com o outro. Houve, na realidade, uma troca.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - E porque o serviço era feito no Santa Isabel e o dinheiro entrava no Hospital das Clínicas?

**O SR. CARLOS MAGNO MARCONDES** - Não, porque a intenção, eu me recordo, era de captar órgãos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Sim, mas a minha pergunta é a seguinte: o serviço foi feito no Santa Isabel, correto?

**O SR. CARLOS MAGNO MARCONDES** - Correto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Porque o dinheiro entrava no Hospital das Clínicas?

**O SR. CARLOS MAGNO MARCONDES** - Na realidade, não é Hospital das Clínicas, é Hospital Universitário mantido pela Fundação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Hospital Universitário. O senhor falou que não tem vínculo nenhum.

**O SR. CARLOS MAGNO MARCONDES** - Não, mas aí houve um acordo entre a Fundação e o Hospital Santa Isabel de Clínicas, onde as possíveis ou prováveis nefrectomias realizadas naquele hospital, com o objetivo de retirada de órgãos, seriam remuneradas pela Fundação, através desse acordo que ela tinha com essa entidade que eu falei que não me recordo, para a captação de órgãos. Então, se o paciente com morte cerebral ou em condições de fazer a doação do órgão estivesse no Hospital Santa Isabel o procedimento seria feito lá pela equipe, a Fundação receberia o pagamento dessa despesa e faria o pagamento para o Hospital Santa Isabel e para a equipe médica que fez o procedimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Existia algum convênio entre essa Fundação e o hospital com o Dr. Emil Sabbaga?

**O SR. CARLOS MAGNO MARCONDES** - Não. Que eu tenha conhecimento, não. Nada disso passou pela minha mão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Mas, vocês não foram saber a origem dos créditos, quem depositava o dinheiro?

**O SR. CARLOS MAGNO MARCONDES** - Não tem a origem do crédito.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - É comum isso na contabilidade? Quer dizer, você recebe um crédito na conta e não sabe de onde veio e quem depositou, se foi uma pessoa física, se foi uma pessoa jurídica, de que Estado, de que agência...

**O SR. CARLOS MAGNO MARCONDES** - É. O correto, pelas normas contábeis, é que você tenha a identificação do depositante, mas, nesses casos, não houve a identificação e os valores, embora correspondente, talvez, em torno de 10 a 12 salários mínimos, não eram valores, vamos dizer assim, expressivos. Talvez por isso não houve a...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Mas quantos créditos desses foram feitos na conta do hospital?

**O SR. CARLOS MAGNO MARCONDES** - Eu me recordo de 2 ou 3, não mais que isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Vinha alguma conta, alguma doação em cheque para fazer separado, cobrir os custos, ou vinha tudo nessa conta?

**O SR. CARLOS MAGNO MARCONDES** - Não, não. Vinha um crédito na conta da Fundação num valor que cobria o procedimento, que eram as despesas no hospital com o uso de sala cirúrgica, uso de instrumentais, alguns medicamentos e, dentre esse mesmo valor, um valor destinado ao pagamento do procedimento médico que, somado, talvez num total de 3 mil reais, em torno disso, se eu não me engano.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor já respondeu algum outro inquérito ou processo judicial?

**O SR. CARLOS MAGNO MARCONDES** - Eu fui chamado para depor nesse processo relativo ao transplante de... um transplante e essa denúncia de Taubaté.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor conheceu o Dr. Kalume?

**O SR. CARLOS MAGNO MARCONDES** - Conheci. Conheço.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Ele foi o que, já ocupou algum cargo lá no hospital?



**O SR. CARLOS MAGNO MARCONDES** - O Dr. Kalume, na época em que eu trabalhava na Fundação, no Hospital Escola, era médico do Hospital Universitário. Ele atuava lá como médico. Ele era também professor da Universidade de Taubaté e chegou a ocupar por um período - não me lembro qual - a função de chefe do Departamento de Ciências Médicas que corresponde a um diretor de uma faculdade de medicina.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor conhece alguma conduta dele assim que possa desaboná-lo como médico e como profissional na cidade?

**O SR. CARLOS MAGNO MARCONDES** - Não. Meu contato com ele sempre foi decorrente do meu trabalho, dentro da Fundação, onde ele fazia parte do Conselho de Curadores da Fundação. Não tenho nenhuma observação digna de nota a fazer com relação à pessoa dele nem tampouco quanto a sua atuação como médico. Nada que possa desaboná-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Pastor Frankembergen.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Sr. Carlos Magno, o senhor foi tesoureiro da Fundação, não é?

**O SR. CARLOS MAGNO MARCONDES** - Isto.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Durante quanto tempo?

**O SR. CARLOS MAGNO MARCONDES** - Trabalhei na Fundação de 1980 a 1992 e, na função de Tesoureiro, acho que 85 até 92, quando eu saí a convite de uma empresa privada.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Durante o período em que o senhor trabalhou na Fundação, o senhor, em algum momento, viu alguma irregularidade?

**O SR. CARLOS MAGNO MARCONDES** - Eu sempre estive ligado à parte financeira do hospital e nada que eu tenha visto considero alguma irregularidade contábil, administrativa ou financeira.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Dentro da técnica, ou seja, na tesouraria, o senhor também tinha conhecimento com relação aos procedimentos com relação ao pagamento do que de direito? Vamos colocar aqui: o





médico tinha um ato ou participava de uma cirurgia ou de determinado ato médico. Ele recebia por aquele serviço? O senhor tinha conhecimento, por exemplo, se estava correto ele receber por aquele serviço ou se não estava? Dentro do seu departamento, ou seja, da tesouraria, quando vinha a ordem para o senhor pagar - porque tinha alguém que mandava o senhor pagar ou era o senhor mesmo que determinava? - quem era que determinava? Quem era que encaminhava para o senhor a ordem de pagamento, ou seja, tem que pagar o médico x um valor tanto por tal procedimento. Tinha alguém que determinava para o senhor. Quem seria essa pessoa?

**O SR. CARLOS MAGNO MARCONDES** - Na rotina da área financeira, todos os pagamentos de médicos ou eram médicos celetistas, que eram plantonistas ou prestadores de serviços dentro do hospital, ou eram repasses de honorários médicos decorrentes de recebimentos de convênios, que são creditados para o hospital, o hospital repassa para o médico, ou é algum trabalho previamente contratado. E alguns honorários esporádicos que podem ser creditados por um paciente que se utilizou de uma internação particular e pagou honorário para o hospital. Aí o hospital faz o pagamento porque caracteriza que o recebimento já foi com, aquela destinação.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Quais as fontes de receita da Fundação no período?

**O SR. CARLOS MAGNO MARCONDES** - O grande volume, provavelmente, 97% ou 98%, era oriundo de recursos do INAMPS, na época, que hoje é o SUS. E uma outra parte era proveniente de alguns convênios. Só que esse contrato da Fundação, do hospital com o INAMPS era em nome da Universidade de Taubaté, que recebia o crédito e repassava para a Fundação. Então, o maior volume vinha do INAMPS via Universidade de Taubaté.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - O senhor foi ouvido num inquérito policial, não é?

**O SR. CARLOS MAGNO MARCONDES** - Fui ouvido num inquérito e na Justiça.



**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Durante o inquérito policial, no seu depoimento, o senhor chegou a denunciar alguém, a prestar alguma informação que viesse ajudar na apuração do caso?

**O SR. CARLOS MAGNO MARCONDES** - Não. Eu só citei, provavelmente, as coisas que estou dizendo aqui, desses pagamentos, desses procedimentos de nefrectomias feitas para o Hospital Santa Isabel de Clínicas, para esse Dr. Aurélio, o Mariano - deve ter um terceiro que eu não me recordo agora - mas são médicos neurologistas. E fornecemos, na época, tanto a tesouraria como a diretoria do hospital, toda a documentação que foi solicitada no inquérito.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Esse pagamento que foi feito para os médicos que o senhor citou os nomes, foram 3?

**O SR. CARLOS MAGNO MARCONDES** - São neurologistas: Antônio Aurélio, Mariano Fiori Júnior e eu não tenho certeza mas, me parece, que há um pagamento também para um outro médico neurologista, Antônio Carlos Costardi.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Tá. Foram pagos pela Fundação...

**O SR. CARLOS MAGNO MARCONDES** - Pela Fundação.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Pela Fundação, por serviços prestados na...

**O SR. CARLOS MAGNO MARCONDES** - Pela participação nesse procedimento da nefrectomia dentro do Hospital Santa Isabel. E o pagamento para o Hospital Santa Isabel houve uma ...

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Agora, o porquê desse pagamento? Era legal esse pagamento já que eles realizaram o ato médico lá no...

**O SR. CARLOS MAGNO MARCONDES** - Havia tipo um convênio, uma formalização desse acordo entre a Fundação, através do Hospital Universitário, e o Hospital Santa Isabel. E o pagamento feito para o Hospital Santa Isabel é pela utilização de sala cirúrgica, instrumentais, equipamentos utilizados para o procedimento.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Na Fundação, não tinha...



**O SR. CARLOS MAGNO MARCONDES** - Não chegou a ser feito nenhum procedimento de nefrectomia na Fundação no caso do Hospital Universitário. Ocorreu a realização de um transplante.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Uma captação ou um implante?

**O SR. CARLOS MAGNO MARCONDES** - Não, não, um implante de um rim em um paciente, mas foi anterior a esse episódio todo.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - E foi documentado esse pagamento tanto dos médicos como...

**O SR. CARLOS MAGNO MARCONDES** - Tudo isso foi contabilizado. A falha que vejo é em não ter identificado a origem só desse crédito, mas toda a contabilização foi feita regularmente.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - A Fundação chegou a receber alguma doação específica de alguém em particular ou somente do INAMPS, na época?

**O SR. CARLOS MAGNO MARCONDES** - Há doações, mas doações assim de pessoas ligadas ao hospital, mas nada a ver com essa área de cirurgia de transplante. Pessoas que doaram, vamos dizer, hoje mil reais para colaborar com a área de pediatria, 2 mil reais para colaborar no hospital em alguma unidade que está sendo trabalhada, mas valores ínfimos e sem qualquer relação com ...

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - O senhor tem idéia de quantas pessoas foram beneficiadas nos procedimentos de transplantes realizados por essa equipe do Dr. Pedro?

**O SR. CARLOS MAGNO MARCONDES** - O único caso que eu tenho conhecimento... não, não foi o único caso. Eu me lembro de um caso que aconteceu no final do ano, não me lembro se foi em 86 ou 85, não me recordo o ano, e uns meses depois houve um outro implante. Então, foram 2 implantes realizados no Hospital Universitário de Taubaté. São 2 pacientes: o primeiro era um senhor, o segundo era uma moça que receberam implante de rim. Só isso que eu tenho conhecimento.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Sr. Presidente, estou satisfeito.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Antes de encerrarmos este depoimento, na época que o senhor trabalhava no hospital, houve alguma portaria, algum documento da direção do hospital comunicando o início de um novo tipo de trabalho no hospital como a nefrectomia ou os transplantes? Ou foram feitos, foram iniciados pelos próprios médicos sem autorização da direção do hospital?

**O SR. CARLOS MAGNO MARCONDES** - Sei que houve um trabalho dentro do hospital no sentido de se fazer um serviço voltado para a área de urologia, nefrologia e resultaria futuramente num centro captador de órgãos, de transplantes, mas a formalização disso eu não me recordo como foi feita.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Em depoimento prestado na Justiça, os médicos, na época, disseram que eles faziam transplante e mandavam os órgãos para o Hospital Osvaldo Cruz. Em princípio, tinha um convênio, depois decidiram que quem recebia os órgãos era o Emil Sabbaga.

**O SR. CARLOS MAGNO MARCONDES** - Eu não saberia dizer, porque me recordo desses pagamentos que citei. Na época, se falou muito sobre o assunto, mas, que eu tenha conhecimento, não posso nem falar sobre esse assunto especificamente, porque não tenho conhecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Ok. Nós agradecemos a presença do senhor aqui e declaramos encerrado este depoimento. (*Pausa.*)

Vamos convidar o Dr. Ciro João Bertoli para tomar assento à Mesa. Queremos também deixar claro que o Dr. Ciro João Bertoli não foi citado nem denunciado na CPI. Recebemos apenas a informação de quem participou do processo de que vocês poderiam ter algumas informações para colaborar com a Comissão. Então, vocês estão aqui na qualidade de colaborador, não estão na qualidade de denunciado nem de indiciado pela CPI e nem pelo inquérito que foi instaurado na cidade. Então, o senhor está aqui na qualidade de colaborador desta Comissão, e as informações aqui prestadas farão parte do relatório da Comissão. Quero convidar, então, o Sr. Ciro João Bertoli para prestar juramento a esta Comissão, como colaborador.

**O SR. CIRO JOAO BERTOLI** - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, advirto o depoente das penas combinadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal: *“Art. 342 - Fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete em processo judicial, policial ou administrativo ou em juízo arbitral.”*

Neste momento, vou conceder a palavra ao Dr. Ciro João Bertoli para ele nos falar sobre a época em que trabalhou, em Taubaté, nesse hospital, qual era a sua relação, a sua função, qual função desempenhava e o que o senhor tem a dizer que possa nos acrescentar, entendendo que sua colaboração é importante para esta Comissão.

**O SR. CIRO JOAO BERTOLI** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, é uma honra, como cidadão, estar presente aqui. Na verdade, desde 1983, quando entrei na Faculdade de Medicina como professor assistente — hoje sou professor e doutor —, faço Pediatria, sempre fiz Pediatria como especialidade e, em 2001, obtive o título de doutor em Medicina pela USP, em Pediatria. Em 1983, o hospital passava por uma dificuldade financeira extremamente importante, e eu fazia parte de um grupo de colaboradores do então prefeito e estava muito envolvido num programa de diarreia e terapia de hidratação oral, função que me foi dada pelo saudoso Prof. Carrazza, aqui do Instituto da Criança. Nesse período, o então prefeito, pelo conhecimento do meu trabalho, insistentemente me convidava para fazer parte de algum cargo dentro da Fundação Universidade de Saúde, que administrava o hospital que até hoje não é universitário, legalmente dizendo, por mais que a gente tentasse legalizá-lo. E começou um mal-estar exatamente para o grupo que tinha praticado um implante num paciente em dezembro de 86. E eu não entendia por que o Prefeito queria meu nome e só dava o dinheiro do então pronto-socorro da Prefeitura se eu assumisse algum cargo na direção do hospital, principalmente na direção da Fundação Universidade de Saúde. E criou-se assim um mal-estar, primeiro, porque eu nunca gostei de cargo; segundo, porque eu estava envolvido. Eu brinquei na época, depois que eu saí da direção, que foi a primeira diarreia mental que tive na minha vida. Assumi o cargo e me orgulhou, sem dúvida, ser empossado nessa época. E começou exatamente esse grupo, insistentemente citado aqui na CPI, Dr. Rui Noronha Sacramento, Dr. Pedro Henrique Torrecillas e não me lembro o



outro, que eu era como se fosse um oportunista, por que eu deveria ter um cargo para que o Prefeito mandasse o dinheiro para nós. E eu não entendi o por quê do contrário, eu estou querendo colaborar por que não participar? Eu não conhecia na verdade o então Reitor da universidade, eu não tinha envolvimento nessa área político-partidária da universidade. E tinha me comprometido com a minha família de não ter cargo mais, diretriz. Eu já tinha passado por uma experiência bastante significativa, na época da ditadura militar, como Presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina de Taubaté. Mas com a agressividade em relação à minha pessoa, aquilo me irritou, primeiro, porque eles não eram da minha escola. A escola, eu me formei em Taubaté e me orgulho de ser formado por lá. E aí eu fui conversar com esse professor Milton coincidentemente num dia em que minha agenda estava lotada e faltou um (*ininteligível*) e ele também faltou a uma audiência que ele tinha marcado. Então, eu liguei para conversar com ele, e aprendi no seio da minha família que, quando a gente mexe com dinheiro público, a gente precisa ter cargo de mando e não cargo de pedido. E aí perguntei para o Sr. Milton, já que ele tinha insistentemente me convidado para ser diretor de hospital, qual era o cargo mais alto. Eu não sabia nem que era diretor-executivo da FUST na época. Aí ele me nomeou no dia 18, eu trouxe até a portaria, desculpe foi no dia 15 de junho de 88, e o transplante foi realizado em 86, não é? Quando eu entrei lá existia um cheque que era de um valor muito acima daquilo que a gente tinha num bolo de cheque que eu deveria assinar a partir do momento que eu assumi esse cargo. Esse cheque me surpreendia porque o valor, tenho aqui anotado, era de 932 mil cruzados novos, referente ao pagamento de duas máquinas de hemodiálise em comodato. E tinha um contrato. E esse cheque era referente ao mês de abril, e eu assumi em junho. Primeiro, o que eu fiz? Eu suspendi, claro, o cheque e fui pagando aquilo que eu achava uma orientação do meu amigo saudoso, Michel José Elias, que depois até foi trabalhar comigo, um senhor de mais de 70 anos, mas um contador excepcionalmente competente, e, por portaria minha, ele passou a assumir e tomar conta de toda parte financeira da instituição. Muito bom, quando eu pedi o contrato, eu peço desculpas, senhores membros da Comissão, porque parte da documentação que eu deveria estar apresentando aqui, num ataque de esquecer o passado, eu me desfiz da documentação que eu tinha xerocado, autenticado. Mas



essa documentação está num, eu diria um inquérito na Polícia Federal que foi instalado pelo então Superintendente da Polícia Federal, Dr. Veronese, e está, não sei que ponto deu, porque depois eu me afastei. Mas essa máquina de contrato de hemodiálise era de um centro médico, Sociedade Civil Ltda., de Pindamonhongaba, e que os envolvidos nessa equipe de transplante eram donos, né, que a gente fala, donos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Sócios proprietários?

**O SR. CIRO JOÃO BERTOLI** - Sócios proprietários. Eu trouxe o contrato. E imediatamente eu baixei uma portaria — isso foi no primeiro dia em que eu assumi —, no dia 15, no dia 1º de julho eu baixei uma portaria lá notificando essa empresa e reiniciando o contrato. Claro que houve um monte de pressões, porque ia parar a hemodiálise e tal, mas nós já tínhamos dinheiro suficiente para bancar a hemodiálise.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Sr. Presidente, pela ordem. Só gostaria de chamar a atenção. Da mesma maneira que o depoente anterior, ao depor o atual, o Dr. Ciro teve que sair. Eu acredito que seria importante que o outro também...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Foi encerrado o depoimento, nesse momento não tem mais prejuízo porque ele já prestou depoimento e pode aguardar.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Pergunto se o depoente se sente constrangido.

**O SR. CIRO JOÃO BERTOLI** - Nem um pouco, na frente de ninguém.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Em um momento anterior sim, porque ele ia depor; mas agora não tem mais prejuízo nenhum ao depoimento.

**O SR. CIRO JOÃO BERTOLI** - Então, nós fizemos isso e imediatamente, com dinheiro próprio, nós conseguimos duas máquinas de hemodiálise para não parar o Serviço de Hemodiálise. E aí começou um mal-estar entre nós e especificamente o Rui Noronha Sacramento e Pedro Henrique Torrecillas. Esses 2 indivíduos, um era médico-chefe do Ministério da Previdência e Assistência Social que autorizava os procedimentos de alto custo e o Dr. Pedro Henrique era o chefe da Hemodiálise. Muito bom, com o passar do tempo a gente foi cercando a



possibilidade de escape de dinheiro público e o hospital começou a crescer. E a gente também com apoio, sempre, da Secretaria de Saúde — graças a Deus nós sempre tivemos bom relacionamento com esse pessoal. Bem, aí nós começamos a fazer. O quê que eles sentiram? Redução de dinheiro, e aí eles foram para São José dos Campos tentar montar um serviço de transplante que tinha sido proibido por portaria do então reitor, antes de eu assumir. Muito bom, nessa ida para São José dos Campos, no Hospital Unicor II, eles começaram a desestruturar o Hospital Universitário — o hospital que eu administrava —, levando material para a cirurgia de transplante e deixando nosso hospital inclusive sem cobertura de anestesistas. Muito bom, feito isso nós fizemos uma portaria de abertura de uma sindicância para apurar irregularidades, e a gente constatou — e é essa a parte que está na Polícia Federal — que a máquina de hemodiálise que foi-nos proposta a vender, quer dizer, eles propuseram vender para a Fundação, era uma máquina que veio, na verdade, em doação para a Fundação. Então isso, na nossa opinião, era um desvio significativo desses 2 indivíduos. Então nós, associado a essa atitude de São José dos Campos, fizemos uma portaria e nomeamos uma comissão e demos um prazo de 30 dias, e como estava um pouquinho mais complicado, prorrogando normalmente a CPI, mas a conclusão foi: houve prejuízo para a instituição do ponto de vista didático-pedagógico para com nossos alunos e houve um prejuízo do ponto de vista financeiro para a Fundação. E me deram a liberdade de manter ou não esse serviço. E claro que já tinha passado algum tempo, quase mais ou menos um ano, e eu tive, assim, o desprazer de ter lido o processo, que quando o Dr. Carlos me fez a denúncia, como todos nós professores da escola eu, na verdade, não acreditava no que ele estava relatando. E ficou uma situação em que o Kalume é uma pessoa extremamente competente, correta, e eu acho que foi um erro eu não ter acreditado naquele momento no Dr. Kalume. Isso eu já disse, disse isso a ele, de público. E depois na leitura desse processo eu estava absolutamente convencido que além do prejuízo didático-financeiro também tinha a imagem negativa da Faculdade de Medicina de Taubaté. Então, como professor de carreira da faculdade e exercendo um cargo público, eu coloquei os 2 à disposição — querendo professores como eu, não concursados, e eu era concursado —do Departamento de Medicina, e numa portaria eu demiti os que pertenciam à FUST, no dia 21.10.89; e o anestesista, no





dia 21.02.90, e o Dr. Mariano, no dia 10.07.90. Então, a partir desse momento a faculdade ficou mais tranqüila. E eu queria deixar bem claro aqui, porque eu tenho visto alguns comentários: no Hospital Universitário, nós nunca soubemos de nenhuma retirada de órgãos. Os órgãos eram retirados de um hospital chamado Santa Isabel de Clínicas, e no Hospital Escola foi feito um implante renal no dia, em dezembro de 86. Aí, depois que nós tomamos a posição, começamos a implantar nosso sistema de trabalho. Nós tivemos a colaboração fantástica de todos os médicos, principalmente dos professores, que arregaçaram as mangas, e a gente conseguiu tirar o hospital de uma situação de penúria e começamos a dar credibilidade a ele. Isso nós fizemos até 92. Então, nessa época eu era plantonista da Pediatria, do Serviço de Pediatria da Faculdade de Medicina, que eu chefiava. Terça-feira era meu dia de plantão, era meu dia de ambulatório e dia de plantão à noite. E como dizem lá que eu durmo muito pouco, eu comecei a ler. Eu tive acesso aos laudos do processo e quanto mais eu lia, mais insônia eu tinha; tanto mais insônia, mais ansiedade e essas coisas. E vi, e tentei discutir com alguns. Foi quando eu pedi desculpa para o Kalume por não ter acreditado. E tinha exames que mostravam claramente a perfusão cerebral, tanto arterial como venosa. Agora, faz tanto tempo que eu, honestamente, não lembro dos nomes dos pacientes. E depois, em 92, também eu voltei para o Instituto da Criança, fazendo minhas pesquisas para poder obter o título de doutor, que foi em 2001. Então, eu estou à disposição da Comissão. Eu trouxe uns relatoriosinhos em que tem uma seqüência mais ou menos dessa síntese que eu fiz, mostrando. Então nós temos um inquérito que foi feito na Polícia Federal, não sei o andamento porque eu me afastei completamente do hospital — desculpe, do cargo de diretor —, e me dediquei àquilo que mais eu gosto de fazer, que é ser pediatra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos a explanação. Acho que foi bem clara, até vai dispensar algumas perguntas que nós iríamos fazer a V.Sa. O senhor tinha conhecimento da existência de convênio entre a Fundação e o Hospital Santa Isabel de Clínicas?

**O SR. CIRO JOÃO BERTOLI** - Não. Isso aí, mesmo como diretor-executivo da FUST, eu não consegui pegar nenhum documento que...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Comprovasse.



**O SR. CIRO JOÃO BERTOLI** - Comprovasse. Eu deixei o Kalume, um dia ele estava, assim, com um certo receio comigo, eu deixei ele aberto na minha sala, pus uma secretária à disposição e falei: “Mexa no que você quiser, pega o documento que você quiser.” E dei autorização para minha secretária fazer xerox e autenticar, se fosse algum documento importante para ele. Talvez até por uma retribuição por não ter acreditado no que ele disse inicialmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O Hospital Universitário tinha condições, tinha instalações adequadas para fazer o transplante?

**O SR. CIRO JOÃO BERTOLI** - Então. Isso aí eu acho que é uma coisa muito importante, eu acho que teria que ficar claro isso. Quando o Dr. Kalume falou numa assembléia de professores, eu estava num cantinho lá que minhas pernas mais tremiam do que vara verde. Por quê? Eu falei: “Meu Deus do céu, se nós estamos implantando uma coisa tão boa, que é diminuir o índice de mortalidade por diarreia e terapia de hidratação oral” — que são exames simples, é fazer sódio, potássio e gasimetria. Na maioria das vezes, nós tínhamos que pedir favor de amigos lá dentro da cidade para fazer esse exame de gasimetria, porque o nosso aparelho mais quebrava do que ficava funcionando —, quando ele falou aquilo, eu falei: “Mas não é possível que isso seja verdade”. E é isso o que me surpreendeu na hora. Por quê? Porque nós tínhamos um laboratório de, assim, eu acostumado a trabalhar no laboratório de pesquisa aqui no Instituto da Criança, eu não conseguia entender a segurança de fazer uma uréia e uma creatinina, que é o exame mais bobo que se tem para avaliar uma função renal, quanto mais uma fração de excreção de sódio ou coisa parecida. A pergunta que eu fiz a eles foi a seguinte: se vocês fizerem implante, quais são as condições reais de me afirmarem, categoricamente, se esse paciente está ou não tendo uma rejeição aguda do órgão implantado? Porque esses exames que nós temos aqui, infelizmente, não nos dá condição nem do ponto de vista laboratorial e nem do ponto de vista de imagem. Porque, na época, nós tínhamos equipamentos extremamente atrasados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Então, o hospital não tinha condições de ser um hospital transplantador?

**O SR. CIRO JOÃO BERTOLI** - Nenhum.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - E os médicos que faziam o transplante tinham capacidade técnica? O senhor tinha conhecimento que eles tinham sido treinados por alguma equipe para fazer transplante, ou não?

**O SR. CIRO JOÃO BERTOLI** - Olha, eu acho assim: a parte técnica de você tirar um órgão e implantar outro, ou deixar o órgão lá e implantar, é um método extremamente mecânico e simples. A complicação está exatamente em você fazer o perfil, do ponto de vista imunológico do paciente, que é o doador, *versus* o paciente receptor, está certo? E é isso que nós não tínhamos condições. Então, se o senhor perguntar, hoje - V.Exa., desculpe a falha -, se nós teríamos condições de fazer isso hoje, eu continuaria afirmando “não”, apesar de hoje o hospital ter melhorado significativamente do ponto de vista de diagnóstico médico, de modo geral.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor, dentro desse processo de fiscalização, de revisão, de atos, de assinaturas, em algum momento, conseguiu identificar alguns créditos bancários que surgiam na conta do Hospital de Clínicas? De onde vinham? Quem efetuava aqueles créditos?

**O SR. CIRO JOÃO BERTOLI** - Não. Ontem, eu tive oportunidade de descer lá, no departamento de finanças, porque tive outro episódio de agenesia cerebral e assumi, de novo, a direção, em junho...não, em agosto de 2001 até março de 2003. Eu acho que é mais forte o coração do que tudo. Eu fui lá conversar com a contadora, porque eu recebi essa convocação na sexta-feira, era um pouquinho antes das 4h da tarde. Eu participei de uma banca examinadora na USP, na segunda-feira, e ontem eu fiquei a tarde inteira lá e não consegui. A única coisa que eu consegui ver foi o repasse de dinheiro de um livro - desculpe a ignorância, mas acho que é de contabilidade -, onde tinha o repasse de dinheiro para essa clínica médica. Porque tem um monte de coisas que o senhor percebe, tipo nota fiscal, mas não tem algumas especificações, como hoje se faz na contabilidade do hospital. Em 86, 88, eu, particularmente... eu não entendo nada, na verdade. Eu fui lá tentar ouvir a nossa contadora, que foi minha subordinada. Então, até por respeito, ela pegou os livros, mostrou, mas eu não consegui ver nada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Na época, o senhor ficou sabendo se, quando os médicos iniciaram o programa de transplante, de retirada na clínica, e de transplante no Hospital Universitário, eles foram treinados por alguma



equipe? Eles tiveram autorização? Alguma portaria no hospital os autorizou a iniciar esse procedimento, ou eles fizeram isso à revelia?

**O SR. CIRO JOÃO BERTOLI** - Olha, eu vou ser bastante claro e sincero: eu fui pego de surpresa no dia que me informaram que tinha sido realizado um transplante. Era quase meia-noite, próximo de 10h, 11h da noite. Eu estava de plantão no hospital e não sabia. Então, eu não sabia nem que existia equipe de transplante e equipe de retirada de órgãos. Porque nessa fase eu estava trabalhando com essa equipe da OMS, na implantação da terapia de hidratação, e eu estava muito por fora do que estava se passando lá. E eu tomei conhecimento, na verdade, depois que eu tive a oportunidade de ler, já como diretor-executivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O Mariano e o Antônio Aurélio possuíam algum tipo de vínculo com a FUST ou com o Hospital Universitário?

**O SR. CIRO JOÃO BERTOLI** - Olha, o Mariano foi admitido, até por mim, porque ele foi meu colega de turma, no dia 01.08.89; o Dr. Aurélio, eu acho que não tinha, não. Não posso responder. É melhor eu não responder, porque, na verdade, eu nem tinha muita, assim, relação com ele. Agora, o único que tinha, efetivamente, relação efetiva com o Hospital Universitário era o Pedro Henrique Masjuan Torrecillas, que foi admitido no dia 01/09/85 e demitido por nós no dia 21/10/89. E, quando fizemos o processo, para deixar claro, consegui mandar embora esse pessoal, mas não consegui tirar da faculdade. Nós tivemos que fazer um concurso — porque é público, não é — e, eles não fizeram o concurso e foram eliminado quando, então, 2 outros colegas fizeram concurso e assumiram a cadeira de Urologia e de Nefrologia dessa escola.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor tem conhecimento da sua inclusão na Polícia Federal acerca de um inquérito instaurado pela Polícia Federal, em São Sebastião, acerca da atividade de Pedro Henrique Torrecillas e Rui Noronha Sacramento?

**O SR. CIRO JOÃO BERTOLI** - Então, para essa, eu fui chamado lá. E quando nós viemos aqui — eu nem sabia —, foi o Dr. Veronese — e acho que passou muito rápida essa síntese que eu fiz aqui —, e ele achou que eu estava sendo conivente, estava prevaricando. Aí eu expliquei para ele que eu tomei



conhecimento num dia; abri a sindicância, e foi ele quem mandou lá para São José. Eu tive a oportunidade de ir uma vez lá e fiz um depoimento, onde a gente mostrava — e lá deve ter tudo, porque para lá eu levei todas as originais autenticadas — essa correlação desagradável entre um cargo que o Rui Noronha Sacramento exercia no Ministério da Assistência e Previdência Social e essa firma da diálise. Então, eu tinha conhecimento sim e fiz depoimento lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor se referiu, no inquérito, a condutas desabonadoras praticadas por Pedro Henrique Torrecillas e Rui Sacramento no Hospital Escola, por ocasião de um transplante renal no paciente Jorge César, em face das quais teriam, inclusive, sido impedidos de atuar naquele hospital. A que condutas, especificamente, o senhor se referia?

**O SR. CIRO JOÃO BERTOLI** - Um minutinho só, já vou...O paciente era Antônio Alves dos Santos que V.Exa. citou?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Acho que Jorge César.

**O SR. CIRO JOÃO BERTOLI** - Jorge César. No nosso relatório, consta Antônio Alves Santos, cujo RG é 108.154, (*Ininteligível*), e ele foi transplantado em São José dos Campos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Antônio?

**O SR. CIRO JOÃO BERTOLI** - Antônio Alves Santos. Eu posso deixar isso aqui depois para V.Exa. se assim o desejar. Então, olha o que ele respondeu, quando foi transferido — esse paciente era nosso paciente do SUS; ele fazia hemodiálise; e foi a mãe desse menino que me defendeu, quer dizer, me deu substrato quando o Dr. Rui Noronha Sacramento fez uma denúncia por difamação e calúnia a meu respeito. Está na 29ª, quer dizer, já acabou. Foi denunciada na 29ª Vara do Fórum João Mendes. Então, esse paciente, que era um rapaz de Pindamohangaba, fez o transplante no Hospital Unicor II, em São José dos Campos. E aí nós perguntamos: “Por que foi feito lá?” Ele perguntou assim: “Havia interesse da equipe em realizar.” E deu um monte de justificativa. Aí o que mais surpreendia a gente, o que mais me surpreendeu, na verdade, além desse fato, foi um outro caso de uma senhora em que nós recebemos uma fatura da empresa que fornecia CAPD, Diálise Peritoneal Ambulatorial Contínua, e que pertencia ao programa de diálise. Aí nós fizemos uma série de questionamentos. Essa paciente, Benedita Teixeira



Vasconcellos, nunca pertenceu aos nossos arquivos. E tem a nota fiscal dela em nome do Hospital Universitário com tudo certinho. Só que ela foi à óbito por insuficiência respiratória e edema agudo no pulmão — essa senhora estava internada no Hospital Unicor II, em São José dos Campos. Aí nós fizemos uma solicitação à Dra. Sônia Marinho, que era diretora técnica do SUS R58, em São José dos Campos. Se o SUS R58 dispunha ou não de serviço próprio, contratado ou conveniado para Diálise Peritoneal, CAPD e Hemo, e se foi expedida guia de AIH para atendimento da paciente Benedita Teixeira Vasconcellos junto à Unicor II, em São José dos Campos, no mês de setembro de 1989. Claro que fizemos um comunicado à empresa Travenol, que fornecia regularmente ao Hospital Universitário, dizendo que, como o material não foi entregue para nós, nós estávamos cancelando a nota fiscal da duplicata. E aí — está tão apagado, aqui — o Dr. Wanderley, que era auditor, respondeu: “Existe serviço contratado de Diálise Peritoneal e Hemodiálise, em São José dos Campos, CAPD só existe em São Paulo. Não foi expedida a AIH, que era a guia de internação hospitalar, até a presente data, para a paciente Benedita Teixeira de Vasconcellos”. Então, juntando isso tudo aí, sintetizando, era um monte de irregularidades; e talvez tenha sido isso a pressão de não gostarem que eu tivesse assumido o cargo. Aí nós fizemos tudo aquilo e, realmente, cortamos o mal pela raiz. Foi quando os repórteres — eu acho que a imprensa é importantíssima — queriam que eu desse entrevista. Entrevista do quê, se eu já demiti há mais de um mês? Porque eu fiz tudo quietinho. Como todo indivíduo que está acostumado a trabalhar com pesquisa — a gente, eu também tenho — tem um pouco de timidez. Aí começaram algumas pressões. Mas pressões no sentido de que eu fizesse alguma declaração. Eu falei: “Olha, só se eu readmitir todos.” Eu vi; a comissão me deu liberdade para manter ou não o serviço, e eu optei por não manter; só que não ficou um dia sem que os pacientes tivessem uma assistência médica de melhor qualidade. Passaram-se 20 anos e, hoje, nós temos uma equipe formada de profissionais que são ex-alunos da escola altamente competentes. Então, essa é a função da gente como professor, no exercício de um cargo público.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Pastor Frankembergen.



**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Dr. Ciro, o senhor era amigo ou continua amigo do Dr. Kalume?

**O SR. CIRO JOÃO BERTOLI** - Olha, o Kalume era tão amigo que eu fui até padrinho de casamento dele. Depois, claro, ele imaginou que eu fosse acreditar. Honestamente, como médico, jamais pensei que alguém pudesse tirar a vida no exercício profissional. E, depois da leitura dos autos, do que está no inquérito policial, com os pareceres do Prof. Manreza e companhia limitada, com certeza absoluta tinha paciente vivo. Depois, o Kalume ficou assim um pouco restrito. Mas, depois que eu posicionei, até para a faculdade de medicina, o erro de não ter acreditado nele, voltamos a ter um relacionamento profissional absolutamente normal. Mas a amizade, como nós éramos, com certeza absoluta, ficou um pouco prejudicada por esse episódio.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Antes de ele fazer a denúncia, ele lhe procurou?

**O SR. CIRO JOÃO BERTOLI** - Ele procurou, assim, na verdade, não como... Ele falou: "Tem problemas sérios com relação a transplantes aqui." Mas eu não sabia nem que estava havendo essas atitudes. E eu tomei conhecimento do fato real no dia em que foi feita assembléia para os professores de medicina quando ele estava no exercício da direção da faculdade de medicina.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Isso antes de ele lançar o livro, não é?

**O SR. CIRO JOÃO BERTOLI** - Ah, isso foi muito antes. Olha, eu tomei até nota aqui, porque isso foi feito em dezembro e, só veio a público — isso ele me disse ontem, porque eu não conseguia lembrar mais datas, e eu fiquei com medo de haver uma pergunta, quer dizer, eu tinha certeza de que haveria uma pergunta dessa —, no começo de 1987. O livro, não sei; eu li o livro, mas não me lembro a data, se foi 2000, se foi 1990.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Quando ele o procurou, ele citou o nome dos médicos envolvidos?

**O SR. CIRO JOÃO BERTOLI** - Citou.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - O senhor tinha conhecimento dessa equipe que estava fazendo o transplante?



**O SR. CIRO JOÃO BERTOLI** - Não, eu quero reforçar que tomei conhecimento da equipe de transplante exatamente no dia em que ele fez a assembléia para nós, como professores da faculdade. Eu não sabia nem que existia.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Na mesma faculdade em que os senhores trabalhavam, estava sendo realizado o transplante?

**O SR. CIRO JOÃO BERTOLI** - Foi feito no finalzinho da noite, no mês de dezembro. As retiradas do órgão eram no outro hospital. E como eu estava muito envolvido na faculdade de medicina, praticamente eu não ia no outro hospital, que era o Hospital Santa Isabel de Clínicas.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Entre o período que foi realizado o primeiro transplante, só houve um ou mais de um?

**O SR. CIRO JOÃO BERTOLI** - No Hospital Escola?

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Sim.

**O SR. CIRO JOÃO BERTOLI** - Um só, graças a Deus.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Um só. Mas a equipe realizou vários? O senhor tem conhecimento?

**O SR. CIRO JOÃO BERTOLI** - Olha, o outro transplante que eu tenho certeza absoluta dessa equipe é em São José dos Campos, conforme está aqui nesse...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Só um aparte, Deputado Pastor Frankembergen, só para a gente tirar a dúvida. A partir do momento do episódio de Taubaté, o serviço foi interrompido. Então, eles continuaram fazendo transplante na cidade de...

**O SR. CIRO JOÃO BERTOLI** - São José dos Campos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - A mesma equipe?

**O SR. CIRO JOÃO BERTOLI** - A mesma equipe.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - E eles continuam fazendo transplante até hoje?

**O SR. CIRO JOÃO BERTOLI** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Não. Eles continuaram fazendo?

**O SR. CIRO JOÃO BERTOLI** - É.





**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - É hospital particular em São José dos Campos?

**O SR. CIRO JOÃO BERTOLI** - É, UNICOR, é. Só convênio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Só convênio. Você não sabe informar para nós o índice de sobrevivência dos pacientes lá do UNICOR?

**O SR. CIRO JOÃO BERTOLI** - Não, eu só sei do paciente nosso de Taubaté, que, infelizmente, faleceu de septicemia por estreptococidíase, que é um verme, que ele era trabalhador da zona rural e, quando a gente faz a imuno-supressão para não haver a rejeição, aquilo dissemina muito rapidamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Ok.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Depois que o senhor tomou conhecimento do ato praticado pelos médicos já citados, por essa equipe já citada, o senhor chegou a conversar com alguém ou só esperou que a polícia lhe chamasse? Ou o senhor chegou a conversar com outra pessoa, procurar se aprofundar mais, procurar provas ou alguma coisa assim?

**O SR. CIRO JOÃO BERTOLI** - Não.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - A partir de que momento o senhor começou a ler os autos, os documentos para chegar realmente a uma convicção de que havia algo errado?

**O SR. CIRO JOÃO BERTOLI** - Em 1987. Aí eu sempre tive um ótimo relacionamento com o Dr. Roberto, que é o Delegado Seccional hoje, e ele me mostrava por curiosidade. Eu, como diretor, ia lá tomar conhecimento, mas, do ponto de vista científico, tem pelo menos um paciente claramente com perfusão cerebral tanto venoso como arterial, como está no relatório do Prof. Manreza .

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Está bem. Quando o senhor passou a dar essas declarações confirmando algumas ilegalidades ou irregularidades junto à Justiça, o senhor chegou a ser ameaçado em algum momento? Recebeu algum telefonema? Ou alguém disse: "Olha, você vai se prejudicar por causa disso."?

**O SR. CIRO JOÃO BERTOLI** - Olha, nunca me passou pela cabeça, foi uma pergunta que também o delegado de São Sebastião me fez, e depois acho que preocupado pela minha maneira tranqüila, não tinha compromisso com nada, ele fez



a mesma pergunta, e honestamente eu não me lembro de absolutamente nenhuma ameaça. O que realmente aconteceu foi uma pressão do ponto de vista jornalístico, para que eu desse entrevista na televisão e tal. E eu acho que têm determinados momentos que é melhor a gente ficar calmo, dar oportunidade à Justiça, que, mesmo que demore, um dia ela se pronuncia, com certeza absoluta, com o rigor que eu acho que a Justiça brasileira tem.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Principalmente uma pergunta, o senhor acha que se por um acaso não fossem detectadas essas irregularidades se iria dar prosseguimento, talvez, a essas irregularidades? Se não houvesse um basta, se alguém não denunciasse, poderia se proliferar? Porque na época aquilo ali era uma experiência, não era legal ou era legal?

**O SR. CIRO JOÃO BERTOLI** - Não, eu penso que... Eu fui da comissão de ética médica muito tempo e a ética é muito clara. A gente tem que fazer todos os nossos procedimentos com um embasamento científico e baseado em evidências, não dá para a gente fazer empirismo em medicina, principalmente e independentemente do local onde a gente esteja. Eu já trabalhei com voluntários em Alcântara, no Maranhão, em um projeto de um grupo de pessoas de Taubaté, onde chegamos a atender 154 crianças em um dia. Mas por que tínhamos capacidade de atender tantas? Porque 90% das crianças eram desnutridas e precisavam de uma orientação importante. Existem procedimentos em Medicina - e eu nunca me arrependi de encaminhar pacientes para essa cidade, para os amigos que eu fiz durante esses 30 anos, praticamente, de profissão no Instituto da Criança, de encaminhar paciente quando a gente tem dúvida sequer de um diagnóstico banal. É muito mais seguro, muito mais prudente, muito mais coerente a gente ouvir opinião de uma pessoa que está mais convivendo com determinadas patologias do que a gente que fica lá. Exemplo típico: uma criança portadora de fibrose cística. No Instituto da Criança, Santa Casa e Escola Paulista existem serviços multidisciplinares que prolongam a vida dessas crianças que, no passado, quando eu era residente, morriam no primeiro ano, que hoje vivem absolutamente normais. Então, com relação a tudo o que passou o Hospital Escola, eu acho que a palavra menos agressiva seria imprudência.



**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - O que o senhor pensa, como o senhor vê a legislação sobre a lei dos transplantes?

**O SR. CIRO JOÃO BERTOLI** - Eu não tenho, absolutamente, nenhuma vivência com isso. Faço pediatria e faço nutrologia, consegui o título de especialista, ano passado, na Associação Médica Brasileira e penso que isso aí tem de ser discutido de forma ampla, geral e irrestrita.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - O senhor acredita que necessita haver mudanças? Tem que haver algumas mudanças para que possa haver uma fiscalização mais eficaz?

**O SR. CIRO JOÃO BERTOLI** - Claro! Infelizmente, não tenho tempo disponível de ficar assistindo a muitos programas da Câmara e do Senado. Mas quando eu estou em casa, sempre gosto de assistir a algumas coisas. Tive o prazer de assistir a alguns depoimentos da CPI de Tráfico de Órgãos. Infelizmente, só do Dr. Roberto que eu consegui ver, porque um amigo me ligou e disse que estava tendo. Mas eu acho que esse tipo de prestação de serviço que os senhores estão fazendo para o nosso País, com certeza absoluta, irá aprimorar uma atividade de extrema importância, porque quem já viu, quem conviveu - e eu convivi isso no início da minha vida - com crianças já fazendo diálise peritoneal, essas coisas todas, na hora em que a gente consegue um transplante, passam a ter uma vida normal. Eu acho que é a função que temos de fazer como profissionais da área médico. E tem que apurar com rigor. Quando o Kalume denunciou, eu acho que foi o grande erro da nossa escola. Eu disse lá, levantei de público e disse: "Doa a quem doer, nós temos que fazer uma comissão e apurar as irregularidades." Só que eu não tinha nenhuma função a não ser Professor de Pediatria. A Comissão de Ética Médica não se pronunciou e tantas outras pessoas. Talvez até por comodismo não tenham coragem de ter tomado uma atitude coerente. Eu, graças a Deus, sempre tive determinação. Acho que ser médico é uma coisa importante, acho que ser médico é prestar serviços independentemente de nível socioeconômico. Hoje, pela primeira vez, tentei mudar o meu depoimento, porque há 21 anos eu estou na faculdade, e há 21 anos eu atendo ambulatório na terça-feira. Normalmente, os professores de medicina atendem 6 crianças por dia, 10 crianças, e nosso ambulatório sempre tem 20, 25 crianças por semana.



**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Na sua concepção, a criação desta CPI, por alguns, foi interpretada como um retrocesso para a questão da lei dos transplantes, ou seja, prejudicial. Na sua opinião, ela, realmente, vem trazer um retrocesso, um aspecto negativo com relação ao transplante no Brasil?

**O SR. CIRO JOÃO BERTOLI** - Eu acho que não. Eu, particularmente, acho que vem esclarecer uma distorção que foi feita no passado e que está sendo corrigida de maneira transparente e clara. Penso que - sou da opinião bastante clara - toda vez que a gente propõe mudanças, há sempre críticas, e essas críticas são fundamentais para que se aprimore o procedimento, que é de fundamental importância. A gente sabe que essa discussão de órgãos, tecidos, diabo a quatro, são coisas absolutamente técnicas, mas simples de serem resolvidas, quando se tem boa vontade. E com certeza absoluta penso que os senhores estão prestando um serviço de inestimável valor, não só para nós, médicos, mas também para a classe, desculpe, a população deste País. Esclarecimento é uma coisa que a gente tem dificuldade. Nós, pediatras, temos uma valorização na educação, porque se não nos educarmos não vamos ter nunca uma função, e a função do pediatra é muito educativa. É por isso que acho que esta CPI vai colaborar de forma inestimável para o aprimoramento das leis de transplantes neste País.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** - Muito obrigado. Gostaria de agradecer ao senhor o depoimento, que vem, de certa forma, dar a nós mais força para continuar acreditando que o Brasil necessita de mudança e, principalmente, pelo seu depoimento equilibrado e imparcial diante de outros depoimentos, porque a gente sabe que a questão do corporativismo é muito forte, mas a pessoa que tem compromisso com o ser humano, que tem compromisso com o Brasil, com o cidadão e com o seu próximo, certamente tem pensamentos, visões como o senhor, nesse seu depoimento deixou bem claro quanto a isso aí. Quero parabenizá-lo pela sua presteza junto a esta Comissão e, no mais, dizer que continue pensando dessa maneira, porque são homens como o senhor que nós precisamos no Brasil, principalmente profissionais que cuidam da vida. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Agradecemos o Deputado Pastor Frankembergen, queremos agradecer ao Ciro João Bertoli pelo depoimento.



As explanações, as colocações feitas foram bastante pertinentes e, com certeza, vão enriquecer o nosso relatório, na Comissão Parlamentar de Inquérito, para que nós possamos tirar as conclusões finais sobre o episódio de Taubaté. Queremos agradecer à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos seus funcionários, à equipe técnica, que estiveram nos acompanhando durante todo este dia, nos trabalhos da Comissão. Queremos agradecer a presença de todos. Vamos receber da mão do Dr. Ciro João os documentos que estão sendo entregues à CPI, vão ser recebidos pelo nosso secretário. Quero dizer da satisfação e justamente isso o que queremos no nosso trabalho. Estamos fazendo uma retrospectiva dos procedimentos de transplante no Brasil, fazendo um levantamento, e vamos propor, no final do trabalho, as correções necessárias para que nós possamos amenizar o sofrimento de milhares de pessoas que estão na fila de transplante, no Brasil, aguardando por um órgão. Tenho convicção de que a partir do momento em que o Ministério da Saúde, a ABTO e o Conselho Federal de Medicina entender que o sistema de transplantes precisa de ajuste, precisa ser mais transparente para a população e que realmente temos possibilidade de amenizar essa fila, porque hoje o Brasil tem fama de ser o segundo país transplantador do mundo, mas também uma das maiores filas é a nossa. Então, o país que mais transplanta tem a maior fila, não justifica. A quem interessa a fila do transplante? Só interessa a quem vende órgão no mercado paralelo, porque quando a fila deixar de existir não vai mais ter quem esteja disposto a pagar 100 mil dólares, 150 mil dólares por um órgão. Então, nós queremos, sim, avançar para acabar com a fila e vamos ter que vencer muitos obstáculos para acabar com a fila. E esses obstáculos não vêm da população, a gente percebe que estão surgindo justamente dentro da onde deveria sair a solução, que é da própria área médica e de alguns médicos transplantistas no Brasil. Há muitos médicos sérios trabalhando, salvando vidas, mas existe muita irregularidade no sistema que tem que ser corrigida, e a solução tem que vir daqui. Percebemos que existem obstáculos, até porque nós sabemos que mais de 60% das mortes encefálicas no Brasil não são comunicadas às centrais de transplante, e isso impossibilita que a fila caia, porque 70% das famílias solicitadas para a doação acabam concedendo o órgão quando solicitadas a participar do processo de doação de órgãos no Brasil. Então, se aumentássemos, ao invés de conscientizar só a



população, conscientizar a própria classe médica, os hospitais da necessidade de ser mais transparente e mais eficaz nesse processo, nós conseguiríamos acabar com a fila e acabar com o sofrimento de milhares de famílias que estão no Brasil, aguardando por órgãos.

Neste momento, declaramos encerrados os depoimentos, agradecemos a presença de todos. Que Deus abençoe a todos.